

A Internacionalização do Ensino Superior em Moçambique: O Caso da Universidade Pedagógica

The internationalization of higher education in Mozambique: The case of the Pedagogic University
Albino Chavale (Universidade Pedagógica, Maputo, Mozambique)



Plano de apresentação

- Ensino superior em Moçambique
- A cooperação no ensino superior
 - Protocolo da SADC
 - Plano estratégico do Ministério da Educação
- A cooperação na universidade Pedagógica
 - Missão
 - Visão
 - Valores
 - Bases directrices e parâmetros institucionais
 - Conclusão

O Ensino Superior em Moçambique

- **Nível de formação relativamente recente:**

1. **Em 1976**, a Universidade de Lourenço Marques fundada em 1962, é transformada em Universidade Eduardo Mondlane (UEM).
2. A necessidade de evitar o colapso da educação levou a que o governo de Moçambique adotasse medidas no sentido de direcionar maior número de graduados do ensino secundário para a formação de professores. Assim, foi criada na UEM a Faculdade de Educação com a função específica de formar professores para diferentes níveis.
3. Com o crescimento da demanda (número de cidadãos para a escola), foi criado **em 1985 o Instituto Superior Pedagógico** sob tutela do Ministério de Educação, com a finalidade de formação de professores.
4. No âmbito de enquadramento da Lei nº 1/92, esse Instituto é transformado em Universidade Pedagógica em 1994.
5. Ressentindo-se o país de deficiências na área de cooperação e diplomacia, o governo cria o **Instituto Superior de Relações Internacionais em 1986**.

Ensino Superior em Moçambique

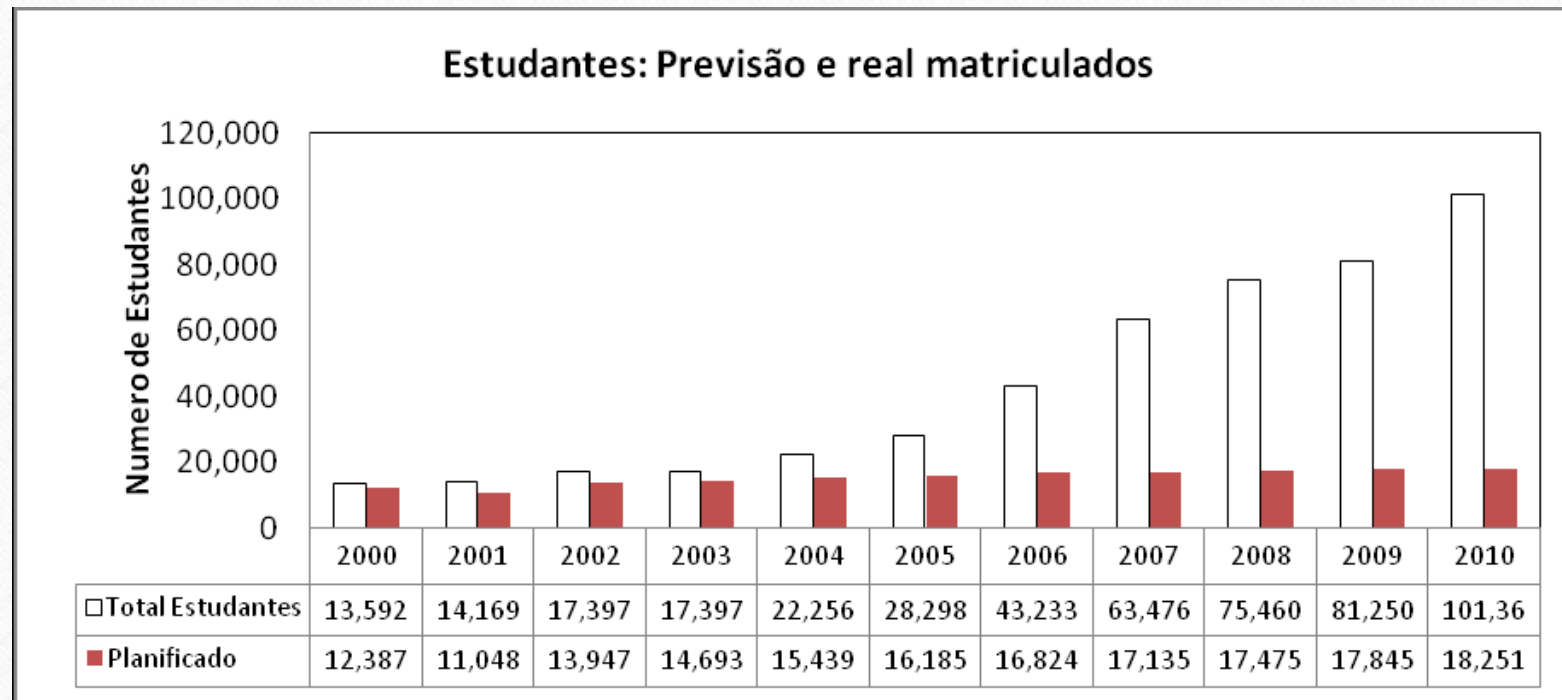
- Até 1990 o país contava apenas com 3 instituições de ensino superior públicas e eram frequentadas por cerca de 25.000 estudantes e não existia nenhuma instituição de ensino superior.
- Com efeito, só em 1995 é que aparecem as primeiras instituições de ensino superior privadas nomeadamente o **Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU)** 1995 e a **Universidade Católica de Moçambique (UCM)** (1995), e no ano seguinte (1996) o **Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM)**.

Ensino superior em Moçambique – Alguns dados

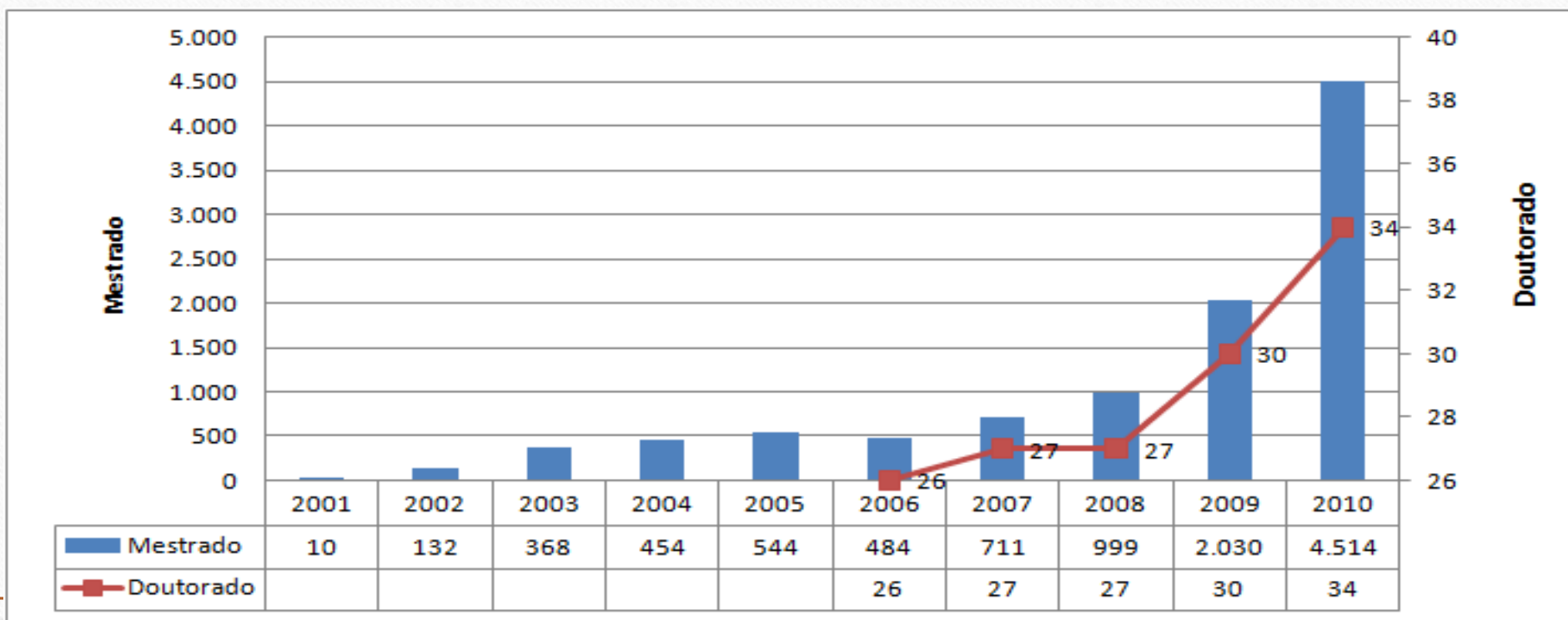
- Nível relativamente recente, crescimento galopante

Período	Instituições públicas	Instituições privadas	Total
1994	3	0	3
2015	19	24	43

Evolução do corpo discente

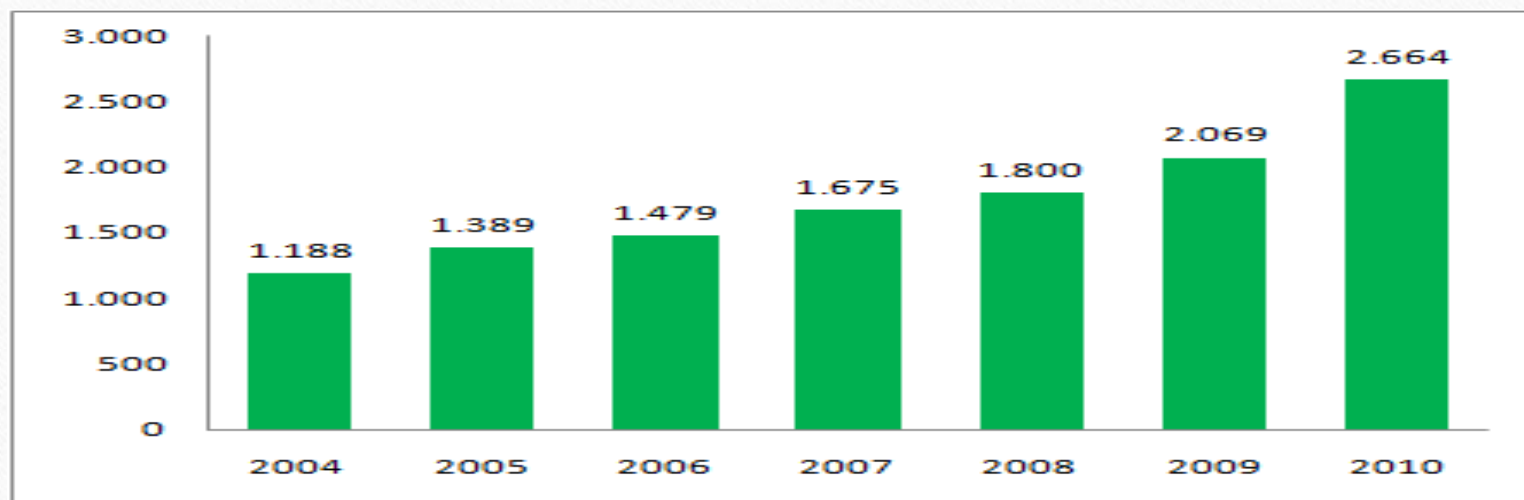


Ensino Superior-Estudantes na pós graduação, 2001-2010



Ensino Superior em Moçambique- Evolução do corpo docente

- Evolução do corpo docente



Cooperação no ensino superior

- Em 1976, a falta de professores a vários níveis compromete os esforços empreendidos para a massificação do ensino.
- Como medida paliativa, o governo tomou duas decisões: Em primeiro lugar, muitos jovens são “orientados” para a carreira docente. Em segundo lugar, a **contratação de docentes estrangeiros para lecionação**.
- De facto, a manutenção e a expansão do ensino superior até os anos 1990, **só foram possíveis Graças à cooperação internacional**.
- Deste ponto de vista, pode-se considerar que a internalização/cooperação no ensino superior acompanhou este subsector da educação, como uma “**estratégia de sobrevivência**”.

Cooperação no ensino superior

- O aumento do número de docentes nacionais a partir dos anos 2000 não alterou substancialmente o cenário do ensino superior.
- Com, efeito, findo o período da fase de cooperação como “estratégia de sobrevivência”, o país entrou numa outra fase de cooperação/internacionalização como “estratégia de integração” nacional, regional e internacionalização.
- Por exemplo, no protocolo da **Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)** sobre a educação, a cooperação ocupa um lugar de destaque, assinado em Blantyre (Malawi em 1997)

Cooperação no ensino superior

- A SADC é composta pelos seguintes países: Angola, África do Sul, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue
- O processo de integração na área de educação está alicerçado no Protocolo de Cooperação assinado pelos Ministros de educação em 1997, no qual, do ponto de vista macro, delineam-se as intenções dos Estados membros no processo de integração regional e o cronograma na área de educação.

Cooperação como recurso para a integração regional

- **Para a redução das barreiras a nível da região da SADC o protocolo diz o seguinte:**
- 1. Os Estados-membros acordam recomendar às universidades e outras instituições terciárias nos seus países para reservar pelo menos 5 % de admissão, para estudantes de países da SADC, além da sua.
- 2. Os Estados-membros acordam trabalhar no sentido de harmonização, equivalência e eventual normalização dos requisitos de entrada da Universidade.
- 3. Os Estados-Membros concordam que, para evitar a repetição dispendiosa de cursos tomadas em universidades no interior da região e no fim de contribuir para o reconhecimento mútuo das qualificações em toda a região, as universidades devem ser incentivadas a desenvolver mecanismos para facilitar a transferência de crédito de uma universidade para outra no interior da região.

Cooperação como recurso para a integração regional

- 4. Os Estados-Membros concordam que é desejável a trabalhar para a harmonização dos anos académicos das universidades para facilitar a mobilidade de pessoal e de estudante.
- 5. Os Estados membros acordam que dentro de dez anos a contar da data de entrada em vigor do presente protocolo, eles devem tratar os estudantes de países da SADC como estudantes domésticos para efeitos de taxas e alojamento.
- 6. Os Estados-membros acordam facilitar a circulação de estudantes e pessoal da região para fins de estudo, investigação, ensino e quaisquer outras actividades relativas à educação e formação.
- Para esse fim, os Estados membros acordam trabalhar para o relaxamento gradual e a eventual eliminação das formalidades de imigração que impedem o aluno livre e a mobilidade de pessoal. (SADC, 1997, p. 11. O protocolo destaca dois elementos: (i) importância da harmonização do sistema da educação a nível da região; e (ii) a manutenção de “padrão” aceitável dos níveis de educação.

Cooperação/internacionalização: Directiva do Ministério da educação

- No âmbito da implementação do Protocolo da SADC, o Ministério da educação recomenda às instituições do ensino superior a privilegiar a internacionalização e traça as seguintes recomendações para as instituições de ensino superior:
- 1. **Gestão e democraticidade** – em reconhecimento do papel das IES na promoção da cultura de democracia e transparência na gestão, esta área tem como objectivo estratégico melhorar a capacidade institucional no domínio da gestão e democraticidade das IES. O conjunto de acções inclui a criação e consolidação dos mecanismos de eleição dos órgãos colegiais por meio da revisão dos pares e dos métodos de gestão transparente e participativa, com um sistema eficiente de monitoria e avaliação sistemática.
- 2. **Financiamento e infraestruturas** – tendo em vista que o financiamento do ES e as infraestruturas devem ser adequados às actividades académicas, foi estabelecido, como objectivo estratégico, melhorar o financiamento para o funcionamento e estabelecimento de infraestruturas adequadas para actividades académicas, através de acções tais como a introdução de formas diferenciadas de financiamento, incluindo a comparticipação das famílias, a geração de renda pela IES, bem como a necessidade de adequação de infraestruturas para o suporte das actividades académicas.
- 3. **Governança, regulação e fiscalização** – o aumento do número de IES exige um processo mais complexo de regulamentação, pelo MINED, como base para assegurar a qualidade dos cursos oferecidos pelas IES. Assim, foi estabelecido como objectivo estratégico, assegurar eficiência na concepção e aplicação da governança, fiscalização e regulação do ensino superior, com acções concentradas na harmonização, divulgação e aplicação dos regulamentos do ES.

Cooperação no ensino superior

- **4. Ensino, investigação e serviços e acções transversais** – com base nas principais actividades das IES, assegurar uma maior integração dos estudantes, no processo académico. O objectivo estratégico foi definido no sentido de promover actividade sistemática e a excelência na investigação, ensino, extensão, prestação de serviços e nas acções transversais através de um conjunto de acções que incluem a melhoria da qualidade do ensino, a promoção e priorização da investigação, integração das IES num sistema de prestação de serviços ao desenvolvimento.
- **5. Internacionalização e integração regional** – o ensino superior constitui uma plataforma importante para a internacionalização e integração regional. Para o efeito, foi estabelecido o objectivo estratégico de garantir o alargamento e aprofundamento da internacionalização e da integração regional, com acções que incluem a aplicação de Mecanismos de avaliação internacional do ES, o estabelecimento de parcerias para a formação de docentes e programas de investigação e o intercâmbio de estudantes e docentes.

Cooperação no ensino superior- Ministério do Ensino Superior e Profissional

- O governo criou em 2000, o Ministério do Ensino Superior e Tecnologia
- Os aspectos abaixo devem ser tidos em consideração para a internacionalização do ES:
- Definição de objectivos estratégicos nacionais sobre a internacionalização do ES: qual a razão de o país investir na internacionalização? Que ganhos precisa capitalizar nesse processo?
- Os objectivos estratégicos podem incluir:
 - a) Formação de quadros/docentes e outros profissionais em áreas específicas para o desenvolvimento nacional;
 - b) Exposição do país aos investigadores internacionais sobre assuntos de interesse nacional

Cooperação no ensino superior – Ministério do Ensino Superior e Profissional

- Abertura das fronteiras para o estabelecimento de IES estrangeiras em Moçambique;
- d. Certificação de qualidade das IES nacionais através de um sistema de verificação pelos pares com IES estrangeiras;
- e. Mobilidade de estudantes e investigadores: obtenção de graus académicos em parceria com IES estrangeiras; sistemas de acreditação de cursos e créditos académicos; programas de investigação conjunta com IES estrangeiras;
- f. Utilização de TIC para facilitar o acesso a estudantes nacionais às IES estrangeiras e/ou exposição das IES nacionais a estudantes estrangeiros.

Balanço

- A manutenção e expansão do ensino superior só foram possíveis graças à cooperação internacional;
- Esta cooperação assumiu formas diferente nas diferentes instituições de ensino superior em Moçambique: estratégia de sobrevivência; recurso de integração, nacional, regional e internacional; cumprimento dos objectivo do Ministério de tutela (Ministério da Educação, Ministério do Ensino Superior e Tecnologia)

Internacionalização na Universidade Pedagógica

- Universidade Pedagógica (UP)
- Uma universidade fundada em 1985 com vocação para a formação de professores;
- Mas a partir de 2005, alargou essa vocação tornando-se numa universidade “hibrida” (ela oferece de formação de professores e cursos “clássicos”)
- **9 unidades orgânicas:**
 - 1) Faculdade de Ciências da Linguagem, Comunicação e Artes;
 - 2) Faculdade de Educação e Psicologia;
 - 3) Faculdade de Ciências Sociais e Filosófica;
 - 4) Faculdade de Desporto e Educação Física
 - 5) Faculdade de Ciências Naturais e Matemática
 - 6) Ciências da Terra e Ambiente;
 - 7) Ciências da Saúde
 - 8) Escola Superior Técnica
 - 9) Escola de Comercio e Gestão

Internacionalização na Universidade Pedagógica

- Uma Universidade atípica
- Está presente em todas as províncias (10), Delegações
- Neste momento conta com 45.000 estudantes

Internacionalização na Universidade Pedagógica

- O sector de cooperação da UP surge no contexto do surgimento da própria universidade pois, aquando do início do funcionamento da UP, foi necessário estabelecer relações de cooperação para défice do corpo docente
- Na altura do início do funcionamento da UP (inicialmente denominada ISP) os principais parceiros de cooperação foram a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e alguns outros países socialistas como Bulgária, Cuba e a RDA. Para além destes países, o ISP tinha também cooperação com o Brasil e Portugal , que abarcava áreas de apoio a leccionação, mobilidade de professores, participação mútua em seminários e conferências e realização de pesquisas muito focalizadas.

Internacionalização na Universidade Pedagógica

- De 1992 em diante, as relações de cooperação alargaram-se às instituições parceiras de países como a Suécia, Portugal, Holanda, França, Noruega, Austrália, Estados Unidos da América, Botswana, África do Sul e Zimbábue em áreas ligadas às Ciências Naturais, Matemática, Ciências da Educação, Ciências Sociais e as Etnociências.
- O apoio da cooperação francesa começou a ganhar grande destaque a partir de 1995, tendo se iniciado com a preparação das bases primárias para a instalação de um curso de Língua Francesa e na formação de professores do mesmo que iriam responder à demanda de professores de Francês para cobrir o Sistema Nacional de Educação.
- Em 1996, a cooperação portuguesa começou a fazer-se sentir com especial ênfase através da Fundação Calouste Gulbenkian, tendo sido assinado um Contrato-Programa com o Conselho de Reitores das universidades portuguesas, onde a Universidade do Minho e a Universidade do Porto se tornaram os principais protagonistas.
- Desde 2007, a cooperação tem estado a ganhar um ritmo acelerado e mais estruturado, com a elaboração do plano estratégico sectorial do gabinete das Relações internacionais alinhado com o plano estratégico institucional. Nesse contexto, têm sido abertas novas perspectivas de desenvolvimento na área da cooperação, sendo a internacionalização da academia um dos maiores objectivos da nossa universidade

Internacionalização na Universidade Pedagógica

- O plano estratégico 2011-2017 estabelece cinco eixos estruturantes, nomeadamente:
- Qualidade,
- Acesso e equidade;
- Modernização e sustentabilidade,
- Eficiência na gestão
- e
- **Internacionalização.**

Internacionalização na Universidade Pedagógica

- **A internacionalização do ensino faz parte da sua Missão**
- A UP é uma instituição de ensino vocacional cuja missão estatutária é a formação superior de professores para todos os níveis de ensino e de outros profissionais para área de educação e afins, a investigação e a extensão.
- Neste contexto, a UP **pugna pela universalização e regionalização**, para além da sua função instrumental na produção e disseminação de conhecimento para a transformação da sociedade moçambicana rumo ao desenvolvimento social, cultural e tecnológico

Internacionalização na Universidade Pedagógica

- **A internacionalização do ensino faz parte dos seus valores:**

- Ao presente PE subjazem sete valores que nortearam tanto a elaboração como devem nortear todas as acções enquadradas nele. Esses valores são:

- 1) autonomia,
- 2) liberdade,
- 3) excelência,
- 4) confiança,
- 5) responsabilidade social,
- 6) justiça e equidade.

e

- 1) Glocalidade**

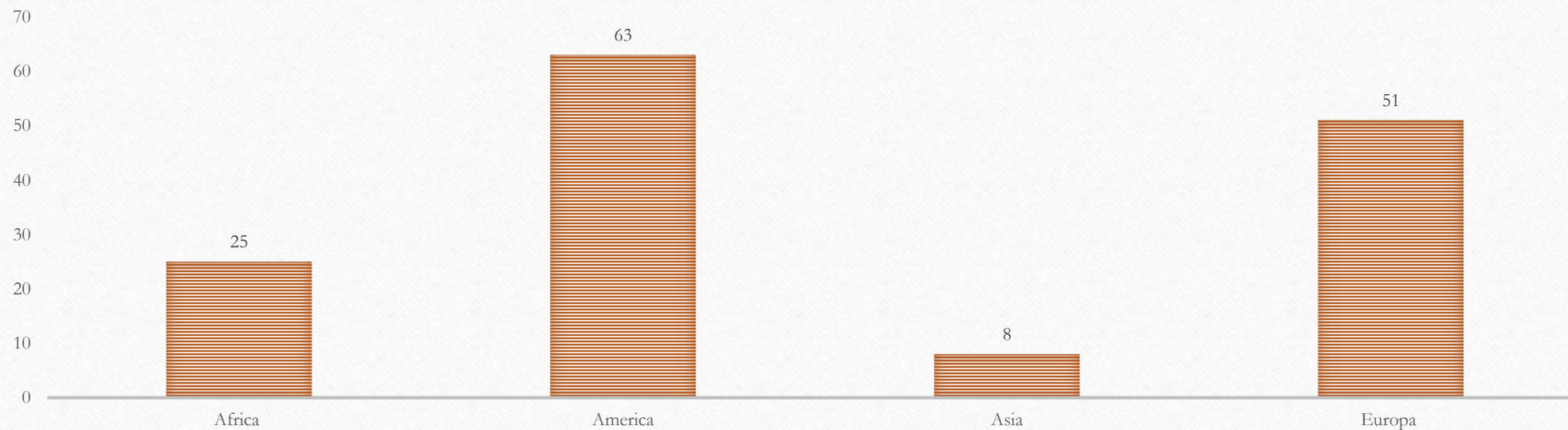
- Este valor inclui a necessidade de a UP, no cumprimento da sua missão nas áreas do ensino, pesquisa e extensão, guiar-se pelos princípios universalistas de excelência na qualidade (global) e, ao mesmo tempo, ter a dupla responsabilidade de, em primeiro lugar, referenciar os princípios universais aos contextos culturais moçambicanos e, em segundo lugar, deixar-se inspirar nas propostas de soluções locais aos desafios de desenvolvimento.

Internacionalização na Universidade Pedagógica

- **Bases e parâmetros institucionais dos cursos de Pós-graduação**
- *Princípios Curriculares*
- Cada Programa de Doutorado deve ser orientado pelos seguintes princípios:
- 1. **Princípio de garantia permanente da qualidade científica** por forma que haja validação científica da pesquisa do doutorando nas outras instituições de investigação, nas escolas doutorais parceiras bem como nas outras universidades em geral; a validação que deve ser garantida deve ser em termos científicos na área de especialidade e em termos metodológicos (métodos e técnicas de pesquisa);
- 2. **Princípio da estreita ligação entre os fundamentos epistemológicos da área científica de doutoramento e os temas e assuntos avançados de pesquisa**, de modo a que os resultados da pesquisa sejam potencialmente reconhecidos como sendo actualizados e estando na vanguarda do saber;
- 3. **Princípio da relevância social do tema em relação às políticas públicas e/ou à prática social** que garante que o problema em pesquisa seja responsável em relação aos problemas e desafios da sociedade moçambicana nas suas particularidades e na sua totalidade;
- 4. **Princípio do reconhecimento do conhecimento científico como um bem público**, o qual obriga à disseminação/publicação de resultados de investigação, realizada total ou parcialmente com dinheiros públicos, quer junto dos pares (académicos e cientistas), quer junto do cidadão comum (público);
- 5. **Princípio da internacionalização**, o qual obriga aos diferentes Programas de Doutorado a entrarem em parceria com universidades estrangeiras ao longo das diferentes fases da sua realização. Este princípio visa garantir que a qualidade dos programas seja internacionalmente reconhecida.
-
- Tendo como base a estrutura geral definida para os Programas de Doutorado da UP neste documento, compete aos proponentes de cada programa explicitar o modo como estes princípios estão vertidos ou plasmados ao longo de cada uma das componentes da sua proposta curricular.

Internacionalização na Universidade Pedagógica

TABELA - INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR
NÚMERO DE ACORDOS



Em jeito de conclusão

- A internacionalização garantiu a “sobrevivência” do ensino superior em Moçambique nos anos 70-90;
- Depois passou a ser um requisito para a integração regional;
- Actualmente, pode ser considerada como estratégia para maior visibilidade das instituições e internacionalização dos cursos;
- As acções da Universidade Pedagógica quer nos cursos de graduação, quer nos de pós-graduação, enquadram-se neste âmbito

Muito obrigado pela atenção!